

EDITORIAL

A revista Mato-grossense de Geografia é um periódico científico do programa de Pós-Graduação em Geografia, vinculado ao Departamento de Geografia, publicado com apoio técnico da Editora da Universidade Federal de Mato Grosso e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso (FAPEMAT).

Cumprir destacar que esta edição refere-se ao ano **2008/2 n° 13** com publicação efetuada em **2011** devido a problemas de ordem técnica de mudança da periodicidade para duas publicações anuais e outros quanto à seleção dos artigos e revisão dos mesmos.

Entretanto, os objetivos da revista que visam à divulgação de trabalhos científicos na área da Geografia e outras consideradas afins, motivaram a edição deste volume com sete artigos selecionados que versam sobre temas ambientais, de urbanização, cultural e ocupação do espaço geográfico.

O primeiro artigo da autoria de Lunalva Moura Schwenk, Naomi Onga, Adriana Barros e Jane Vargas da Silva denominado *A evolução do processo de ocupação da soja, de 2000 a 2006, e os conflitos gerados em Campo Novo dos Parecís – Mato Grosso, com o apoio do Sensoriamento Remoto* trata da espacialização e do avanço da soja, no período de seis anos, no município de Campo Novo dos Parecís, situado em áreas planas do Planalto e da Chapada dos Parecís, cobertas pelo cerrado e os impactos ambientais e sociais gerados e agravados à medida que novas áreas são incorporadas ao processo produtivo, dando lugar a uma paisagem cada vez mais mecanizada e modernizada, marcada pela presença de tecnologia de ponta que visa uma maior produtividade voltada à exportação, favorecendo, por outro lado, a exclusão da população rural tradicional para as cidades.

O segundo artigo *A chancela do Estado na redistribuição de recursos: reflexões sobre o ICMS Ecológico em Mato Grosso como subsídio ambiental* da autoria de Mário Pereira Guitte e Nely Tocantins analisa o ICMS Ecológico em Mato Grosso, sua origem, evolução e desdobramentos na política pública estadual. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) Ecológico é um mecanismo de política ambiental, instituído a partir da possibilidade criada pela Constituição Federal de 1988, com o objetivo de incentivar a sustentabilidade e a gestão ambiental. Desde então, a União e os Estados têm criado e renovado mecanismos de controle ambiental, visando atender à conservação da natureza e reprodução social em face da escassez de recursos financeiros.

Da autoria de Silvano Pereira de Oliveira e Márcia Ajala Almeida o terceiro artigo *O crescimento do turismo – um eixo de desenvolvimento e (ex)inclusão social: o caso de Bonito/MS*, tem como objetivo central demonstrar que, mesmo gerando mais empregos formais que o setor primário de produção capitalista, o turismo praticado em Bonito/MS, enquanto ferramenta de desenvolvimento regional, não é capaz de atender completamente à demanda da comunidade local em termos de ocupações no mercado de trabalho. Esse segmento comercial tende a segregar os habitantes da cidade, além de estar organizado de forma a garantir que nenhuma dessas riquezas possa ser visitada sem agendamento prévio, através das inúmeras agências receptivas, que cobram com antecedência pelos passeios. O turismo mostra-se, no quesito segregação, incapaz de proporcionar a esses habitantes uma distribuição mais justa e igualitária das riquezas.

O artigo seguinte da autoria de Amli Paula Martins de Miranda e Luís da Rosa Garcia Netto intitulado *A Conferência da Cidade: o planejamento urbano e a mídia em Cuiabá* analisa a forma de abordagem e divulgação, pela mídia local, do planejamento urbano em Cuiabá tomando como base de avaliação a 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, na qual os atores sociais discutiram sobre as perspectivas futuras da capital de Mato Grosso. No texto analisam-se os conceitos de crescimento, desenvolvimento e planejamento, com destaque para a confusão gerada sobre esses aspectos na mídia, o que dificulta a sua compreensão pela comunidade. Reflete-se, ademais, sobre o conceito de rede, em especial as de informação, enquanto instrumento do poder, as quais pode oferecer subsídios para as comunidades poderem participar das decisões sobre o futuro da cidade.

Formação espacial e territorialidade do município de Lucas do Rio Verde-MT da autoria de Wiliana Mendes dos Santos analisa, através do processo de formação espacial, a produção do espaço geográfico e a territorialidade de Lucas do Rio Verde, em sua atual fase de desenvolvimento tecnológico e de acumulação de capital. A produção do espaço do referido município está relacionada com a expansão da fronteira agrícola, que, a partir da década de 1970, intensificou o fluxo de migrantes para Mato Grosso e, nos últimos anos, favoreceu as transformações na organização espacial, constituindo-o em um território tecnificado, com agricultura mecanizada (área consolidada e concentrada de produção de soja) e tendente à industrialização na cadeia de alimentos (cadeia-carne/grão). A implementação industrial do Grupo Sadia proporcionou um aumento da força de trabalho e, conseqüentemente, o crescimento urbano condicionado pela oferta de mão de obra.

O sexto artigo da autoria de Sebastião Gabriel Chaves Maia, Euzemar Fátima Lopes Siqueira e Genislaine Conceição dos Reis Barbosa denominado *Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e a necessidade de um processo de ordenamento de visitação* reflete sobre a necessidade de ordenamento da forma de visitação no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães (PNCG). A visitação pública em Unidades de Conservação (UC) é uma atividade permitida e incentivada, no entanto deve ser zoneada, planejada e controlada. Os atrativos turísticos da área onde hoje está localizado o PNCG sempre foram muito procurados pelo público em geral, especialmente devido à facilidade de acesso e à proximidade da capital, Cuiabá, e do município de Chapada dos Guimarães. Assim, o artigo contextualiza como se dá essa visitação na unidade e avalia os principais impactos e conflitos gerados por essa atividade.

O sétimo artigo de autoria de Narci dos Santos Souza e Tânia Paula da Silva intitulado *Rio Juruena: constituição do território de um povo* analisa os problemas ambientais de Mato Grosso, no âmbito das relações sociedade/natureza, objetivando compreender até que ponto é viável a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ao longo do rio Juruena, compreendendo os limites entre Campos de Júlio e Sapezal/MT, haja vista serem inúmeros os riscos disso decorrentes nas comunidades diretamente impactadas, ressaltando-se os problemas de ordem social, ambiental, econômica e política. O texto indica a necessidade de se repensar e (re)avaliar a implantação das PCHs no Estado devido aos problemas socioambientais oriundos dessa ação, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade socioambiental.